



Índice

- 01 [Índios prometem queimar tudo em fazenda](#)
- 02 [Índios participam de reunião na Assembleia Legislativa nesta quarta-feira](#)
- 03 [Justiça determina permanência de índios em fazenda de MS](#)
- 04 [MPF-MT abre inquéritos para apurar supostas irregularidades praticadas contra índios](#)
- 05 [Cerca de 1,2 mil índios se preparam para confronto com PF em fazenda de Aquidauana](#)
- 06 [Em MT, protesto contra mais áreas para indígenas](#)
- 07 [Indígenas guarani-kaiowá de Ypo'i permanecem em fazenda até o fim de demarcação](#)
- 08 [Agricultura familiar para índios](#)
- 09 [Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas](#)
- 10 [Justiça Federal mantém índios de Paranhos](#)





Índios prometem queimar tudo em fazenda

SÍTIO SUL NEWS, 02.07.2013

“Se for cumprida a reintegração de posse, nós vamos queimar tudo antes de sair”, o desabafo é do cacique Isaias Francisco, um dos mil índios, que ocupa desde o dia 30 de maio, a fazenda Esperança, em Aquidauana. De acordo com o cacique, eles estão apreensivos e aguardando a chegada da Polícia no local. “Ninguém aqui está tranquilo. Se realmente for cumprida a reintegração nós vamos colocar fogo em trator, sede, vamos acabar com tudo”, afirma.

A assessoria de imprensa da Polícia Federal informou que a ordem judicial de reintegração de posse foi recebida na última sexta-feira à noite. Ainda conforme o órgão, ainda não foi cumprido a ordem, porque a Polícia está em fase de planejamento.

O fazendeiro Nilton Carvalho da Silva Filho, dono da fazenda, entrou na Justiça Federal com ação de reintegração de posse uma semana após a invasão. No último dia 18 de junho, a Justiça deu prazo de 10 dias para a Fundação Nacional do Índio (Funai) retirar os índios da área.

O prazo já venceu e segundo a decisão do juiz Renato Toniasso, da 1ª Vara da Justiça Federal em Campo Grande, a força policial deverá retirar os indígenas da fazenda. “Estou na expectativa, também não sei o dia que vai ocorrer à reintegração, eles [a Polícia] só avisam no dia”, diz.

Fonte: Campo Grande News



Índios participam de reunião na Assembleia Legislativa nesta quarta-feira
SÍTIO O IMPARCIAL, 02.07.2013

Está marcada para às 08h30 desta quarta-feira (03/7) uma reunião entre indígenas e parlamentares, membros da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. A intenção é tratar das reivindicações dos direitos à assistência a saúde, que de acordo com os manifestantes, é precária nas aldeias do estado.

Aproximadamente 300 índios de sete etnias, entre elas Krenyê, Gavião, Krikati e Guajajaras, estão acampados na sede da Funasa em São Luís há quase dez dias. Entre as reivindicações está a exoneração dos diretores do Distrito Sanitário Especial Indígena no Estado.

O Deputado Bira do Pindaré (PT), comentou o assunto, nesta terça-feira, na tribuna da Assembleia. Ele é um dos deputados que vai receber os indígenas. Durante o discurso ele destacou as principais reivindicações e solicitou o apoio dos demais parlamentares.

"Peço aqui o apoio de todos para essa questão fundamental que é a assistência à saúde dos povos indígenas, que são cidadãos como todos nós" afirmou.

Apenas o governo federal pode atender as reivindicações feitas pelos líderes das aldeias. A expectativa é que representantes da Funai venham a São Luís para ouvir os índios.



Justiça determina permanência de índios em fazenda de MS

SÍTIO HOJE EM DIA, 02.07.2013

O órgão especial do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) negou por unanimidade, seguindo parecer da Procuradoria Regional da República (PRR-3), recurso dos proprietários da Fazenda São Luís, em Paranhos (MS). O TRF-3 confirmou decisão anterior que determinava a permanência de índios da etnia guarani-kaiowá em parte da fazenda, até o fim dos estudos de identificação e delimitação da terra, reivindicada como sendo de ocupação tradicional pela comunidade indígena Ypo'i.

Os procuradores lembram que a decisão que os proprietários queriam anular, publicada em fevereiro deste ano, afirmava que "seria altamente imprudente determinar a retirada dos indígenas no presente momento, antes que a demarcação do território em disputa venha a ser concluída". Segundo eles, a Fundação Nacional do Índio (Funai) elaborou mapa da região em conflito, indicando que a área da fazenda "muito provavelmente se situa sobre o território indígena denominado Tekohá Ypoi e Triunfo".

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul também lembram que área onde estão os indígenas de Ypo'i foi palco, em outubro de 2009, da morte de dois professores indígenas, Jenivaldo e Rolindo Vera, ocorrida durante expulsão do grupo de 50 pessoas do local. Os réus são Fermino Aurélio Escolbar Filho, Rui Evaldo Nunes Escobar e Evaldo Luís Nunes Escobar - filhos do proprietário da Fazenda São Luís -, além do vereador e presidente do Sindicato Rural de Paranhos, Moacir João Macedo, o comerciante Antônio Pereira e o ex-candidato a prefeito de Paranhos Joanelse Tavares Pinheiro. Eles respondem processo penal por homicídio qualificado - sem possibilidade de defesa da vítima -, ocultação dos cadáveres, disparo de arma de fogo e lesão corporal contra idoso.

MPF-MT abre inquéritos para apurar supostas irregularidades praticadas contra índios
SÍTIO OLHAR JURÍDICO, 02.07.2013



O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso instaurou três inquéritos civis públicos para apuração de supostas irregularidades e possíveis impactos em relação a indígenas no estado, considerando a necessidade de maior prazo e de coleta de mais elementos sobre os casos.

O primeiro inquérito se refere à suposta extração ilegal de madeira nas terras indígenas dos índios Suruí e Cinta Larga. Na respectiva portaria para abertura do inquérito, o procurador da República Manoel Gonçalves da Silva citou a existência de possíveis danos ambientais.

O MPF também abriu inquérito para apurar supostas ameaças ao grupo indígena Tupi Kawahib relacionadas à expansão econômica envolvendo atuação de madeireiros, fazendeiros e grileiros, em Colniza e Rondolândia. Nesse caso, o procurador também citou a possível ocorrência de danos ambientais decorrentes da exploração de recursos naturais da região.

Ainda segundo o MPF, o objetivo de um terceiro inquérito – também instaurado recentemente -- é apurar possíveis impactos e a regularidade da instalação da pequena central hidrelétrica "Juína", no rio Aripuanã, em Juína, em relação à terra indígena Serra Morena, ocupada por Cinta Larga.



Cerca de 1,2 mil índios se preparam para confronto com PF em fazenda de Aquidauana

SÍTIO NOTICIDADE, 02.07.2013

Cerca de 1,2 mil indígenas da etnia terena continuam na Fazenda Esperança no Distrito de Taunay, em Aquidauana, a 130 quilômetros de Campo Grande. Mesmo com o prazo de desocupação vencido desde a última quinta-feira (27), os terenas garantem que não irão sair do local e se preparam para o possível confronto com os policiais federais e da Tropa de Choque.

O índio Pedro Terena afirmou que estão aguardando uma possível negociação com as autoridades e os proprietários para permanecerem nas terras. Todos os dias eles se reúnem e ficam na expectativa por uma decisão favorável, caso seja contrária pode haver um novo confronto. "Não vamos sair das nossas terras e estamos prontos e preparados para lutarmos", garante Terena.

O movimento da comunidade terena já rebatizou a fazenda com o nome "Aldeia Nova Esperança", e as sete aldeias da região aguardam a posse definitiva da propriedade. A propriedade tem uma área de 33 mil hectares que é reivindicada pelos terenas.

A Polícia Federal está organizando a operação de despejo, mas ainda não há uma data definida para realizar a retirada dos índios. A Funai (Fundação Nacional do Índio), juntamente com o Ministério Público Federal recorreram da decisão, mas não houve julgamento do recurso contra o despejo.

Histórico

No dia 30 de maio deste ano, durante a desocupação da Fazenda Buriti, em Sidrolândia, o índio Oziel Gabriel, 32 anos, foi baleado e morreu no hospital. A Polícia Federal abriu inquérito para descobrir quem foi o autor do tiro que matou o indígena.



Em MT, protesto contra mais áreas para indígenas

SÍTIO TRIBUNA, 02.07.2013

Cerca de cinco mil pessoas participaram nesta segunda-feira de um protesto organizado por sindicatos, associações e entidades de classe contra a ampliação em cerca de 720% da reserva indígena Kayabi no município de Apiacás, em Mato Grosso.

A área que até 1999 era de 127 mil hectares passou para 1,053 milhão de hectares, que vai de Apiacás até Jacareacanga (PA). O decreto de homologação da área ampliada foi publicado no Diário Oficial da União em abril. Cerca de 350 famílias serão atingidas e terão de deixar a área. Os manifestantes bloquearam a MT-206 num trecho de ponte sobre o Rio Paranaíta.

De acordo com o produtor Jeremias Prado Santos, o bloqueio começou na madrugada desta segunda e impediu o acesso ao canteiro de obras da Usina Teles Pires. Por causa da manifestação, o comércio e órgãos públicos não funcionaram.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a terra foi reconhecida como pertencente aos kayabi em 1915 e foi destinada a posse permanente dos grupos indígenas Kayabi, Mundurucu e Apiacá. Em 1974 foi demarcada com 47 mil hectares e em 1987 a área foi ampliada, com base em estudos antropológicos, para 127 mil hectares.

Estudo posterior indicou a necessidade de ampliar para 1,053 milhão de hectares. Os produtores alegam que as terras pleiteadas neste decreto presidencial foram colonizadas, vendidas e tituladas no início da década de 1960 pelo governo de Mato Grosso, com registro em cartório há mais de 50 anos.

Segundo Prado, "na abrangência de sua ampliação no município de Apiacás não existem índios". "A população não aceita esta ampliação."

De acordo com o produtor, no Pará, à margem direita do Rio São Benedito, há uma ocupação por 150 produtores e suas famílias há mais de 30 anos, numa área de 35 hectares. "(Eles) Também não aceitam tal ampliação." Os manifestantes alegam ainda que a portaria do Ministério da Justiça de outubro de 2002 que permitiu a ampliação foi embasada "em laudo antropológico fraudulento".

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Indígenas guarani-kaiowá de Ypo'i permanecem em fazenda até o fim de demarcação
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 02.07.2013

Decisão afirma que seria "altamente imprudente" determinar a retirada dos indígenas antes que a demarcação do território em disputa venha a ser concluída



Crianças indígenas da comunidade Ypo'i

O órgão especial do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), por unanimidade e seguindo parecer do Ministério Público Federal (PRR-3), negou recurso dos proprietários da Fazenda São Luís (Paranhos/ MS) e confirmou uma decisão anterior que determinava a permanência de índios da etnia guarani-kaiowá em parte da área, até o fim dos estudos de identificação e delimitação da terra, reivindicada como sendo de ocupação tradicional da comunidade indígena Ypo'i.

A decisão que os proprietários queriam anular, publicada em fevereiro deste ano e também do órgão especial do TRF-3, afirma que "seria altamente imprudente determinar a retirada dos indígenas no presente momento, antes que a demarcação do território em disputa venha a ser concluída. A suspensão da decisão (de reintegração) atende ao interesse público, tendo em vista que a causa indígena constitui um sério e relevante problema social atual. Como amplamente noticiado, as aldeias indígenas do Mato Grosso do Sul estão superlotadas, condição que cria para os indígenas um estado de confinamento, impedindo o desenvolvimento de sua forma de vida tradicional, expondo-os a graves problemas, como o alcoolismo, a violência e o suicídio".

A Funai elaborou mapa da região em conflito, indicando que a área da fazenda "muito provavelmente se situa sobre o território indígena denominado Tekohá Ypoi e Triunfo". O Ministério Público Federal (PRR-3) manifestou-se contra o recurso dos proprietários da fazenda, afirmando que "os direitos indígenas não decorrem somente da demarcação, mas sim da Constituição Federal, sendo dever da União proteger e assegurar seus direitos e interesses. Em razão da clara impossibilidade de retorno à sua área de origem, deduz-se claramente que terão problemas para alimentação, saúde e serão mesmo forçados a morar à beira das estradas, em condições totalmente degradantes".

CONT.



Donos da fazenda respondem por homicídio de indígenas

A área onde estão os indígenas de Ypo'i foi palco, em outubro de 2009, da morte de dois professores indígenas, Jenivaldo e Rolindo Vera, ocorrida durante expulsão do grupo de 50 pessoas do local. Os réus são Fermino Aurélio Escolbar Filho, Rui Evaldo Nunes Escobar e Evaldo Luís Nunes Escobar – filhos do proprietário da Fazenda São Luís -, Moacir João Macedo – vereador e presidente do Sindicato Rural de Paranhos-, Antônio Pereira – comerciante da região -, e Joanelse Tavares Pinheiro – ex-candidato a prefeito de Paranhos. Eles respondem processo penal por homicídio qualificado – sem possibilidade de defesa da vítima -, ocultação dos cadáveres, disparo de arma de fogo e lesão corporal contra idoso.

Água contaminada

Em 14 de novembro de 2012 uma grande crosta de espuma branca formou-se sobre toda a superfície da água do córrego da aldeia, única fonte de água potável para a comunidade. Um vídeo registrado pelos indígenas e amostras do material foram entregues ao MPF, que solicitou à Polícia Federal a instauração de inquérito para investigar possível contaminação no córrego Ypo'i.

100 dias isolados

Os indígenas ficaram 100 dias totalmente isolados, pois o dono da fazenda não permitia o acesso dos órgãos estatais de amparo aos indígenas. O MPF ajuizou ação para que eles tivessem acesso a alimentos e assistência à saúde. Uma liminar favorável só foi concedida em dezembro de 2010.

Referência processual no TRF-3: 0035201-82.2010.4.03.0000



Agricultura familiar para índios

SÍTIO FONTE BRASIL, 02.07.2013

Os povos indígenas de Roraima terão acesso a informações sobre os programas do governo federal operados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Durante a Primeira Reunião Ampliada das Lideranças Indígenas no estado, que acontece até sexta-feira (5) em Boa Vista, a superintendente da Conab em Roraima, Zélia Holanda Mar, dará ênfase ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O objetivo é aprimorar os conhecimentos dos povos indígenas e estimular a participação de novos grupos da agricultura familiar no Programa.

O PAA é um instrumento de estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar, acionado após a etapa final do processo produtivo, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com recursos que remunerem o investimento e a mão de obra e lhe permita reinvestir e custear as despesas de sobrevivência de sua família. Por meio do Programa, a Conab adquire os alimentos de associações ou cooperativas de produtores familiares, com dispensa de licitação. Os alimentos adquiridos são destinados à formação de estoques governamentais ou à doação para entidades, atendidas por programas sociais locais.

O governo federal ampliou o limite de compras do Programa. Agora cooperativas e associações poderão acessar até R\$ 6,5 mil na modalidade de compra com doação simultânea, um aumento de 35,4% quando comparado com o limite anterior.

Vendas em Balcão

A superintendente também aproveitará a oportunidade para explicar o funcionamento do Programa Vendas em Balcão, que tem como objetivo viabilizar o acesso dos criadores e das agroindústrias de pequeno porte, por meio da venda direta dos estoques públicos, a produtos como milho, arroz em casca, trigo e castanha, entre outros.

Os principais beneficiários desta iniciativa são os pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos entre outros, incluindo as microagroindústrias de beneficiamento e produção de ração. Para se habilitar ao Programa, o interessado deverá efetuar o seu cadastro em uma das unidades operacionais da Conab localizadas na sua região. (Flávia Agnello/ Conab)



Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas

SÍTIO A RAZÃO, 02.07.2013

Oficinas "Somos Todos Um Para Uma Cultura de Paz" ocorre desde março

Desde 2008, uma lei tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no sistema de ensino do Brasil. A norma, de número 11.645/2008, inclui o trabalho de conteúdos referentes às contribuições dessas duas culturas na formação da sociedade brasileira. Em Santa Maria, essa lei é aplicada através de um projeto de oficinas de arte-educação nas áreas de dança, teatro e música chamado "Somos Todos Um Para Uma Cultura de Paz", realizado pela organização Oca Brasil, além do trabalho regular das escolas na inclusão desses temas em seus currículos.

Conforme relata a professora e antropóloga Maria Rita Py Dutra, coordenadora pedagógica da Oca Brasil, essa regulamentação aponta para a necessidade de se dar visibilidade aos feitos relacionados ao povo negro e indígena, bem como para a importância do convívio respeitoso com pessoas de diferentes grupos étnicos e a eliminação do discurso racista, tanto em livros didáticos, quanto no convívio diário na escola ou sala de aula.

Maria Rita conta que esse direcionamento contrasta com a forma como era tratado o ensino dessas culturas antes de sua obrigatoriedade: "O ensino da História e Cultura Indígena era voltado para um índio idealizado, que vivia na taba, caçando e pescando, totalmente deslocado da situação atual do índio brasileiro. No que diz respeito aos Afro-brasileiros, ocorria duas situações: ou sua presença era negada, através da invisibilidade (não se falava nele), ou quando se falava, era para reforçar os estereótipos existentes no imaginário social da sociedade brasileira, associados à inferioridade".

Deste modo, a professora e antropóloga explica que a lei está ajudando a se pensar estratégias de mudanças na abordagem, mas que não se pode negar a resistência e falta de subsídios para o trabalho com essa temática. Por outro lado, é possível notar que alunos de ascendência Indígena e Afro-brasileira passam a se ver com mais segurança e autoestima, orgulhosos de suas origens.

Ao abordar a atuação do Projeto "Somos Todos Um Para Uma Cultura de Paz", que realiza suas oficinas com aproximadamente 150 crianças de escolas públicas de Santa Maria desde março, Maria Rita comenta que a iniciativa está sendo bem recebida nas escolas por onde passa: "A Oca trabalha com arte-educação e já tem acúmulo na área da educação das relações étnico-raciais. Os alunos são levados a cantar, tocar, construir instrumentos. É um novo paradigma, eles adoram. Agora, eles estão preparando-se para o espetáculo Roda da Terra, que acontecerá no mês de agosto, no Teatro Treze de Maio".



Justiça Federal mantém índios de Paranhos

SÍTIO SUL NEWS, 02.07.2013

Os proprietários de terra chegaram a obter liminar de reintegração de posse, mas a Fundação Nacional do Índio (Funai) recorreu e a liminar foi cassada -

EDILSON OLIVEIRA

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) negou provimento aos embargos propostos pelos proprietários e confirmou a decisão que manteve índios da etnia guarani-kaiowá, na fazenda São Luiz, em Paranhos. Pela decisão, eles permanecerão na propriedade rural até o fim dos estudos de identificação e delimitação da terra, reivindicada como sendo de ocupação tradicional da comunidade indígena.

A fazenda foi palco da morte dos professores indígenas Jenivaldo Vera e Rolindo Vera em 31 de outubro de 2009. As mortes ocorreram durante expulsão da área e os corpos deles foram ocultados.

Os proprietários de terra chegaram a obter liminar de reintegração de posse, mas a Fundação Nacional do Índio (Funai) recorreu e a liminar foi cassada pelo Tribunal, que confirmou sua decisão ao julgar os embargos movidos pelos fazendeiros.

Segundo a Funai, a área encontra-se em fase de estudos de identificação e delimitação da área a ser demarcada. Conforme o site Última Instância, a Funai diz ainda terras apresentam fortes indícios de serem de ocupação tradicional indígena.

Fonte: Sulnews